Secretaria de



PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2372/2023

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2023.

Processo	n^{o}	0820859-31.2023.8.19.0054,
ajuizado p	or 🗀	

O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas da **3ª Vara Cível** da Comarca de São João de Meriti do Estado do Rio de Janeiro quanto ao medicamento **nintedanibe 150mg** (Ofev®).

I – RELATÓRIO

1.]	De acordo	con	n docu	mei	ntos	médi	icos da	Sa	nta	Casa	da	Miser	icórdia	do	Rio	de
Janeiro	(Num.	76841120	-	Págs.	9	e	10),	emitide	os	em	30	de	agost	o de	202	3 , ₁	por
-	a Auto	ora,	73 a	nos c	le ic	lade, c	om dia	gnós	stico	de							
fibrose	pulmona	ar idiopátic	ca,	com g	ranc	de j	perda	da fur	ıção	pu	lmon	ar.	Foi ir	ndicado	0 0	uso	de
nintedanibe 150mg (Ofev®) – 01 comprimido 2 vezes ao dia.																	

II – ANÁLISE

DA LEGISLAÇÃO

- 1. A Política Nacional de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica estão dispostas, respectivamente, na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e na Resolução nº 338/CNS/MS, de 6 de maio de 2004.
- 2. A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, dispõe, também, sobre a organização da assistência farmacêutica em três componentes: Básico, Estratégico e Especializado. E, define as normas para o financiamento dos componentes estratégico e especializado da assistência farmacêutica.
- 3. A Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, estabelece, inclusive, as normas de financiamento e de execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS.
- 4. A Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, institui o Programa Previne Brasil, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- 5. A Deliberação CIB-RJ nº 1.589, de 09 de fevereiro de 2012 relaciona os medicamentos disponíveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e/ou Municípios definindo a Relação Estadual dos Medicamentos Essenciais (REME-RJ).
- 6. A Deliberação CIB-RJ nº 5.743 de 14 de março de 2019 dispõe sobre as normas de execução e financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito



Secretaria de



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

do SUS no Estado do Rio de Janeiro e, em seu artigo 4º, estabelece o Elenco Mínimo Obrigatório de Medicamentos Essenciais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no Estado do Rio de Janeiro.

- 7. A Deliberação CIB-RJ nº 6.059 de 09 de janeiro de 2020 atualiza a Deliberação CIB nº 5.743 de 14 de março de 2019, no que tange aos repasses de recursos da União destinados ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
- 8. A Portaria n o. 027 de 22 de maio de 2013 da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São João de Meriti institui a Relação Municipal de Medicamentos, REMUME São João de Meriti.

DO QUADRO CLÍNICO

1. A fibrose pulmonar é a mais comum entre todas as doenças intersticiais crônicas que acometem o pulmão. Sua história natural compreende uma evolução progressiva do processo fibrótico com eventuais respostas terapêuticas¹. A fibrose pulmonar idiopática (FPI), cuja causa é desconhecida, acomete o parênquima pulmonar de forma progressiva, caracterizando-se por uma infiltração celular inflamatória crônica e variáveis graus de fibrose intersticial, mostrando uma série de características clínicas, radiológicas e fisiopatológicas particulares. A história natural da FPI compreende uma evolução progressiva com eventuais respostas terapêuticas. Seu curso, porém, na maioria das vezes, é inexorável rumo ao óbito por insuficiência respiratória e hipoxemia grave ou outras enfermidades relacionadas à fibrose pulmonar. As maiores séries da literatura relatam uma sobrevida média, após o surgimento dos primeiros sintomas, inferior a cinco anos, e de 40 meses após o diagnóstico estabelecido².

DO PLEITO

1. O **nintedanibe** (Ofev®) age como inibidor triplo de tirosina quinase inibindo a proliferação, migração e transformação de fibroblastos, que são células essenciais envolvidas no desenvolvimento da fibrose pulmonar idiopática. Desta forma, é indicado para o <u>tratamento e retardo</u> da progressão da fibrose pulmonar idiopática³.

III – CONCLUSÃO

1. Informa-se que o medicamento **nintedanibe 150mg** (Ofev®) <u>está indicado</u> para o manejo da **fibrose pulmonar idiopática**, condição clínica descrita para a Autora.

³ Bula do medicamento Nintedanibe (Ofev®) por Boehringer Ingelheim do Brasil Quím. e Farm. Ltda. Disponível em: https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=OFEV >. Acesso em: 23 out. 2023.



2

¹ RUBIN, A. S. et al. Fatores prognósticos em fibrose pulmonar idiopática. Jornal Brasileiro de Pneumologia, São Paulo, v. 26, n. 5, set/out. 2000. Disponível em:

 $< http://books.google.com.br/books?hl=ptBR\&lr=\&id=WauheK2C9qQC\&oi=fnd\&pg=PA227\&dq=fibrose+pulmonar\&ots=HyGgGiNxWe\&sig=H5SsxpAmOsmnI0PxkgevwZEi_M#v=onepage\&q=fibrose%20pulmonar&f=false>. Acesso em: 23 out. 2023.$

² RUBÍN, A. S. et al. Fibrose pulmonar idiopática: características clínicas e sobrevida em 132 pacientes com comprovação histológica. Jornal de Pneumologia, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 61-68, abr. 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-3586200000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 out. 2023.

Secretaria de



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

- 2. A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS CONITEC, após a avaliação das evidências científicas com relação ao uso do **nintedanibe** para o tratamento da **fibrose pulmonar idiopática**, recomendou <u>não incorporar</u> este medicamento no âmbito do SUS⁴.
- 3. A comissão considerou que nos estudos apresentados o tempo de acompanhamento dos pacientes, por se tratarem de estudos de curto prazo, geram <u>incertezas</u> em relação a <u>real eficácia</u> do medicamento no retardo da progressão da doença, em especial com relação ao benefício trazido ao paciente em termos de resultados de sobrevida e melhora da qualidade de vida. Além disso, há <u>incerteza</u> quanto à <u>prevenção ou redução da deterioração aguda na FPI</u>, evento que foi considerado crítico por preceder hospitalizações e mortes em pacientes com a doença. A tecnologia apresenta razão de custo-efetividade alta quando comparada aos melhores cuidados disponibilizados pelo SUS, atrelada a benefício incerto e limitado que gera um impacto orçamentário elevado em 5 anos⁵.
- 4. Assim, o **nintedanibe 150mg** (Ofev®) <u>não integra</u> uma lista oficial de medicamentos (Componentes Básico, Estratégico e Especializado) para dispensação no SUS, <u>não cabendo</u> seu fornecimento a nenhuma das esferas de gestão do SUS.
- 5. Destaca-se a importância da CONITEC, criada pela lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, em assessorar o Ministério da Saúde nas atribuições relativas à <u>incorporação</u>, exclusão ou alteração de tecnologias em saúde pelo SUS e sua análise deve ser baseada em <u>evidências científicas</u>, levando em consideração aspectos como <u>eficácia</u>, acurácia, efetividade e a segurança da tecnologia, além da <u>avaliação econômica</u> comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já existentes⁶.
- 6. Segundo Diretrizes brasileiras para o tratamento farmacológico da FPI, da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, os resultados obtidos com os ensaios clínicos randomizados, controlados e duplo-cegos que avaliaram o uso de **nintedanibe** em pacientes com FPI <u>não incluíram</u> pacientes com a doença com alteração funcional <u>muito inicial</u> (DLCO \geq 80%) ou <u>muito avançada</u> (CVF < 50% do previsto ou DLCO < 30%), e, portanto, <u>os efeitos desse medicamento nesses subgrupos não estão completamente estabelecidos</u>. Além disso, <u>com base nos artigos selecionados não se pode determinar a eficácia e segurança do fármaco em longo prazo⁷.</u>
- 7. Não há protocolo clínico e diretrizes terapêuticas publicado pelo Ministério da Saúde que norteie o tratamento da Fibrose Pulmonar Idiopática^{8,9}. Atualmente, os tratamentos disponíveis no SUS que podem ser usados na FPI são antitussígenos, corticoterapia, oxigenoterapia e transplante de pulmão⁴, os quais, com exceção ao último, são usados **apenas** para controle dos sintomas e

⁹ CONITEC. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-detecnologias-em-saude/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas > Acesso em: 23 out. 2023.



3

⁴ Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Portaria nº 86, de 24 de dezembro de 2018. Torna pública a decisão de não incorporar o nintedanibe para o tratamento da fibrose pulmonar idiopática (FPI) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

⁵ CONITEC. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - Esilato de Nintedanibe para o tratamento de Fibrose Pulmonar Idiopática - Relatório de Recomendação. Julho de 2018. Disponível em:

http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2018/Relatorio_Nintedanibe_FPI.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

⁶ CONITEC. Conheça a Conitec. Disponível em: < https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/a-comissao/conheca-a-conitec >. Acesso em: 20 jun. 2023.

⁷ Baddini-Martinez J, Ferreira J, Tanni S, Alves LR, Cabral Junior BF, Carvalho CRR, et al. Brazilian guidelines for the pharmacological treatment of idiopathic pulmonary fibrosis. Official document of the Brazilian Thoracic Association based on the GRADE methodology. J Bras Pneumol. 2020;46(2):e20190423.

⁸ Comissão de Doenças Intersticiais, Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). Diretrizes de doenças pulmonares intersticiais da sociedade brasileira de pneumologia e tisiologia. J Bras Pneumol. 2012;38(Suppl 2):S1-S133. Disponível em: http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=1373. Acesso em: 23 out. 2023.

Secretaria de Saúde



complicações da FPI, ou seja, não são específicos para tratamento e retardo da progressão da FPI, como propõe o medicamento nintedanibe 150mg⁴.

- 8. O medicamento **nintedanibe 150mg** (Ofev®) <u>possui registro válido</u> na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.
- 9. Por fim, quanto à solicitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Num. 76841119 Pág. 15, item "VII", subitens "b" e "e") referente ao provimento de "...bem como outros medicamentos, produtos complementares e acessórios que se façam necessários ao tratamento da moléstia da parte Autora...", vale ressaltar que não é recomendado o fornecimento de novos itens sem emissão de laudo que justifique a necessidade dos mesmos, uma vez que o uso irracional e indiscriminado de medicamentos e tecnologias pode implicar em risco à saúde.

É o parecer.

À 3ª Vara Cível da Comarca de São João de Meriti do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

MILENA BARCELOS DA SILVA

Farmacêutica CRF- RJ 9714 ID. 4391185-4 FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe CRF-RJ 10.277 ID. 436.475-02

